

Das escritões às escrituras indígenas: exercícios de inestética.

Prof.^a Dr.^a. Suzane Lima Costa¹ (UFBA)

Resumo:

Desde o início do processo de retomada das suas terras na Bahia, os povos indígenas produzem uma série de narrativas autoficcionais inscritas sem o registro de um único nome autoral, mas sob as rubricas da identidade coletiva de cada povo, de cada língua, de cada discurso de tradição. Literatura nativa, literatura indígena, literatura ameríndia, literatura oral, literatura marginal, que tipo de nome poderia ser dado às escrituras produzidas através da memória dos mais velhos, da performance do corpo do orador, dos mitos, dos causos e das canções que, segundo o povo Pankararé, é da autoria dos encantados? Interessa-me, nesta comunicação, pensar as artes de fazer desses grupos étnicos como exercício de uma inestética, tomando a noção de autoria dos encantados como um operador, para discutir o conceito de ‘margem’ inscrito nos moldes das escrituras coletivas dos povos Pataxó, Pankararé, Kiriri e Tupinambá.

Palavras-chave: escrituras, comunidades indígenas, autoria, margem.

Não se aprende sobre escritos e escrituras na área dos ensinamentos indígenas sem passar por alguns nomes próprios. **Retomada** é um deles. Desde a Constituição de 1988, Retomada, para os povos indígenas da Bahia, em particular, é nome de origem; é o retorno à metáfora. Seja pela vontade da reconquista de suas terras, seja pela vontade de reconquista de suas línguas, e conseqüentemente, da sua história, em qualquer aldeia indígena na Bahia, ‘Retomada’ é o princípio da posse. E a posse só existe se há escritura. Lições de Gutenberg, que nas aldeias são mais do que lugar comum: são valores coletivos e bens simbólicos. O povo pataxó, das aldeias de Coroa Vermelha, Barra Velha e do Kaí, (e das tantas outras aldeias do sul e do extemo-sul da Bahia) sabe bem disso. Há dez anos, essas comunidades escrevem, leem, narrativizam e memorizam suas histórias em Língua Patxôhã. “Porque a nossa língua nunca esteve morta”, afirma Awoi Pataxó, professor de língua Patxôhã de Coroa Vermelha: “nossa língua estava, sim, adormecida e agora nós resolvemos acordá-la para sempre”.

No projeto, intitulado, “Documentação da Cultura e da Língua Patxôhã”, coordenado pelos professores indígenas de Coroa Vermelha, ‘acordar’ a língua é, além de despertá-la do sono profundo, travar acordos, pactos linguísticos; escriturar na fala o texto que deve dizer sobre o grupo, para fazer dos princípios da Retomada das terras, as bases da Retomada das línguas. Esses pactos são fechados pelo grupo no exercício de valorar a memória dos mais velhos, a performance do corpo de reza do pajé, os mitos de fundação que nomeiam o cacique, os causos, as canções e os rituais de festa que fortalecem a noção de comunidade.

A língua Patxôhã aparece nas frestas dessas textualidades, bilinguajada com a língua portuguesa, nos moldes do que Walter Mignolo (2003) nomeou de práticas de linguajamento: movimentos do pensar entre línguas, que rompem com o monolinguismo colonial e nacional para fazer valer os saberes subalternos das **línguas sem gramáticas**. O lugar teórico-metodológico de agenciamento dessas textualidades são as rodas de conversa. Nelas, as estampas dessa língua, que primeiro existe em práxis de si, para depois se fazer grafia e se fazer poder, aparecem nas escritas orais do sujeito enunciador, como um trabalho constante de restauração da imagem que se tem de si e da imagem que se quer produzir sobre si.

Do caminho teórico, chega-se ao primeiro acordo: montar o arquivo, registrar a própria história para que os Pataxós de hoje e de amanhã possam viver dela para capitalizar, para comer, para conquistar e garantir direitos. A obra *Pataxó: uma história de resistência* (2007) é parte integrante desses inventários. No capítulo, “A retomada do nosso território”, a noção de retomada é explicada não como uma invasão de terras, mas sim como a reconquista do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas de antes de Caminha. No esforço de explicar os feitos de hoje pela metáfora da palavra nova, as vozes dos membros mais velhos da comunidade acabam valendo de testemunho não do passado vivido, mas da memória restaurada no seu próprio presente. Assim, o dono da terra Brasil passa, nos seus arquivos, a dono do ‘si’ da sua própria história pela metáfora do nome inventado. Em outras palavras, Retomada vai virando nome do presente indígena, nome da cena do descobrimento em Porto Seguro, único presente do acontecimento de outrora.

Nos territórios indígenas, escrever sobre si, dentro da lógica da autoficção, é produzir o inventário das coisas, dando nome aos acontecimentos como forma de arquivá-los, de torná-los memória, de apreendê-los no tempo. Isso porque “o nome é o que decide o ter tido lugar” das coisas. Alan Badiou (2002) no seu *Pequeno Manual de Inestética* estava certo quanto a isso. Falar de si será sempre buscar um além da ficcionalidade, um nome próprio, que só pode existir na artificialidade desse mesmo além. Não é à toa que, desde 2006, quando as línguas e artes indígenas passaram a ser oficialmente patrimônio imaterial do Brasil, o exercício de nomear nas aldeias, se efetiva a partir de um duplo particular na montagem da escritura: a lógica do invento e o esforço do arquivista.

Pela lógica do invento, o que se deseja é que a língua Patxôhã, e tudo que venha a ser produzido a partir dela, passe a **não** mais ser auxílio de dobra da língua portuguesa, “porque a língua do povo indígena, a língua da sua literatura é a língua que se quer ter”, afirma Anari Pataxó, mestranda em Estudos Étnicos pela UFBA e também pesquisadora do projeto. Em seus estudos

sobre as produções autorais dos professores indígenas de Coroa Vermelha, Anari discute a noção de Retomada como um conceito operatório para pensar os contornos de uma literatura de autoria coletiva, produzida no caminho da língua portuguesa como língua de dobra da língua Patxôhã, **língua mãe**, língua escolhida, sonhada.

Quiçá por isso, nas margens da escrita dos livros, das cartilhas e das histórias dos Pataxós, as metáforas de seus textos são os glossários, os rodapés ou os desenhos, que explicam muito mais o acontecimento do que o próprio texto. Cada grafia se apresenta no movimento intercultural de representação da **outridade**: seja pela lógica da apropriação, seja pela lógica da interdição. Afora isso, o que se encontra são sempre arquivos recortados sem chaves de ‘tradução’. Tipo de fazer escrito que mostra como certas performances linguísticas encenam histórias que interpretam a si mesmas, e que, de tanto fazê-lo, não se sabe (e pouco importa saber) o que é ficção e o que é realidade sobre elas. Para além do verdadeiro e do falso, a retomada da língua Patxôhã na aldeia é, hoje, um dos instrumentos imaterial que promove e garante as pactuações políticas dos Pataxós da Bahia, Sul e extremo Sul, com os Pataxós de Minas Gerais e, destes, com outros grupos étnicos dentro e fora do Brasil.

Sendo assim, afirmar o estar nas fronteiras, nos híbridos, nos multis de si, mesmo conscientes de que não se pode sair deles, é perder a posse, é se descapitalizar, é matar a ficção. Matar a ficção, para os indígenas, é perder a terra, e se para si ficcionalizar é necessário o retorno às metáforas de origens, não há nenhum mal em instaurar o arquivo, contrariando Derrida, pela *escavação* do tempo perdido, ou, nas questões propostas por ele, pensando **este ter lugar** ou **este tomar lugar do arkhê**. (2001, p. 11).

Seria esse, então, o princípio das literaturas chamadas por Josefina Ludmer (2010) de Pós-autônomas: ser inventariadas para capitalizar a lógica da essência de si, retornando ao arquivo perdido? Um problema que ao ficar nas diásporas do dentro e do fora do que vale como literatura, só pode ser discutido se prestarmos atenção às misturas e aos **malentendidos** que vinculam os grupos para participar do seu saber. (CANCLINI, 2003). Um dos caminhos desses ‘malentendidos’ está na Retomada da escritura pela dança dos Praiá, na Festa do Amaro, do povo Pankararé, situado na região de Paulo Afonso na Bahia, extremo oposto à região dos Pataxós.

A festa do Amaro é realizada desde 1995, quando teve início na região o processo de Retomada das terras. À época, os índios Pankararé, liderados pelo Cacique Afonso Pankararé, reuniram-se para retomar o que se chama na aldeia de “ciência dos índios”, evocando os Encantados (os guardiões da natureza), para que lhes devolvessem, em forma de ‘palavra escrita’, o saber ancestral das ervas, das orações do pajé, das danças do Toré, através da consagração da dança dos Praiá, para cura e proteção da comunidade.

Hasteada a bandeira da Santa Ciência do Amaro o espaço da teoria-método de produção do saber se proclama. Tudo isso está relatado na obra *Tradição Pankararé: a Festa do Amaro* (2008). Logo na introdução do texto, os Pankararé contam como os encantos das danças do Praiá foram transmitidos pelos Pankararu para consagrar a ciência que reza e abençoa os índios como filhos da terra. Assim, todo último sábado do mês de outubro, os Pankararé se preparam para fazer o festejo que sai cedo do Brejo do Burgo e chega em direção ao Poró (Terreiro) do Amaro. O ritual é iniciado com orações para invocar as vozes dos Encantados das matas. Quando os Praiá aparecem e começam a dançar todos os indígenas que assistem a dança observam e repetem os ensinamentos. Apossados da dança, a língua aparece nas variações da performance e o ato de escrever se transforma no que Roland Barthes chamou de *escrições*: “gesto pelo qual a mão segura um instrumento, apoia-o numa superfície, por ela avança pesando ou acariciando, e traça formas regulares, recorrentes e ritmadas de escrituras.” (2004, p.174-175).

Nas *escrições* da dança do Praiá, o que se vê não são apenas outras materialidades que servem de suporte a escrita, mas o gestual do movimento como matéria do próprio ato de escrever. Isso porque para os indígenas Pankararé,

só falamos as línguas, só retomamos elas, quando festejamos as coisas invisíveis, índio do passado que diz que fala e que escreve a língua de hoje, está inventando, porque quem escreve tudo e quem conta todas as histórias são os encantados, e não nós. E os encantados estão em todo lugar. Em toda parte que chamam por eles, eles estão presentes. (PANKARARÉ, 2008. p.19).

Diferentemente dos Pataxó, para os Pankararé, as narrativas, escritas e inscritas sob as rubricas dos povos indígenas, não se constroem primeiro no si, mas no fora do si. Nos encantos da dança dos Praiá, a palavra, antes de virar escrita, é corpo de dança. E a “dança supõe o sopro, a respiração da terra.” (BADIOU, 2002, p.80). Para os Pankararé, só é possível oferecer a escritura em estado de dança se o corpo está tomado pelos encantos, só assim um tempo começa a existir.

No ensaio “A dança como metáfora do pensamento”, Alan Badiou (2002) sugere, pelos pés dançarinos de Zaratustra, que a dança seria a metáfora de que todo pensamento verdadeiro depende de um acontecimento antes do nome, pois o acontecimento é o que permanece indecيدido “entre o ter-lugar e o não-lugar.” (2002, p. 84). Na construção dos nomes, quem decide o que vale ou não vale como verdade para a escritura dos Pankararé é o corpo dançante dos encantados, pois esses, para os indígenas do norte, não imitam um personagem ou uma singularidade, “nada representam, é corpo-pensamento jamais é alguém: são sempre apenas símbolos”. (BADIOU, 2002, p. 84)

Muita gente pensa que é mentira, que os encantados não existem, mas quando já está escuro, vemos os Praiá saindo da mata e entrando no terreiro, dançando e

cantando. Eles dançam quase flutuando com a ajuda das forças dos encantados: é aí que a gente descobre o nome das coisas. Têm as missas, tem procissão. A procissão é muito longa, vai de uma serra para outra e os encantados a gente considera que moram naquela serra. A festa é a procissão: todo mundo vestido da roupa de Praiá. (PANKARARÉ, 2008. p. 32).

E para nomear as coisas é preciso se valer do exercício de subtração de si, pois para o ato da dança virar esciões na aldeia é preciso que o saber sobre si seja atravessado pelo surgimento do gesto. Badiou fala dos princípios da dança como pensamento, para além da teatralização do corpo, mas pondo em discussão a ideia do anonimato do corpo e da subtração de si, tomando de Mallarmé a expressão “A dançarina não dança”, como um operador, para responder a questão: “Como a dança indica uma subtração?” (2002, p. 90). A dançarina, para Badiou, suprime toda dança que sabe “porque dispõe de seu corpo como se ele fosse *inventado*” (2002, p. 90). Os dançarinos da aldeia Pankararé oferecem todo o seu saber autoral para tornar a escrita encanto: poder de invento.

Quando o corpo de dança dos Praiá aparece em meio a Festa do Amaro para oferecer os ensinamentos para os indígenas, mata-se o sujeito de uma única verdade, em nome do arquivo, em nome da nomenclatura ‘Pankararé.’ É no gesto da dança que se afere o valor de verdade indelével para quem ver/ler as escrituras. Dessa forma, o espectador da dança, seu leitor, da mesma maneira que o dançarino, que é símbolo no imaginário da aldeia, deve ser rigorosamente impessoal na cena. Eis o pacto linguístico do povo indígena do Norte: se a autoria da escrita é dos encantados, é porque a dança é o primeiro signo para a capacidade do corpo para a escrita. O que se vê é que as esciões indígenas, suas formas de fazer escrita, que nos Pataxós é autoficção de si e nos Pankararé é subtração de si, se ‘malentendem’ pelo mesmo princípio: pelas suas técnicas de inventários, pela contradição dos nomes que movimentam suas narrativas.

Em outras palavras, quero dizer que seja pela lógica da Retomada, seja pela lógica dos Encantos, estamos falando de fatices de nomes que são dados a vontade de posse da terra. Entenda-se fatices aqui como palavra invenção que “faz-fazer, o que faz falar”, dentro do que Bruno Latour chama de sabedoria do passe: “aquilo que permite a passagem da fabricação à realidade” (LATOURE, 2002, p. 69), associando fatos, fetiche e ficções.

A montagem do que se pode chamar de Literatura Marginal, Margens da Literatura, Literatura de Periferia ou de Literatura Indígena está no trabalho de teorizar esses fatices, de cartografá-los e capitalizá-los como prova real da re(e)existência de quem os produz. Aí está a teoria: nas oxigenações necessárias ao tipo de terrorismo que se precisa colocar para o dentro/fora da academia das letras. Essas são as escritas de margens, os exercícios inestéticos que precisamos valorar para produzir um manifesto dos ‘malentendidos’ da literatura brasileira.

Aqui, para mim, o problema começa.

E no esforço de produzir tal manifesto compartilho um pensamento alto: preciso limpar do texto todas as vezes que escrevi a palavra **lógica** para falar dos escritos indígenas; preciso limpar a lógica para apostar nas ilogísticas, nas tecnologias de escrita, nas inestéticas do sentido. No retorno ao problema, creditar os nossos ‘malentendidos’ é o primeiro dos exercícios para fazer valer uma nova série de nomenclaturas. O primeiro dos meus é meu próprio lugar de fala. Cada Retomada dessas novas nomenclaturas, produzidas pelos povos indígenas ou por outras comunidades de falantes, sempre nos colocará diante de uma luta dura, e necessária, com os nomes próprios que nos dão comida, que nos dão livros, que nos capitalizam como professores, pesquisadores, doutores da área das Letras.

Seja no caminho do problema ou seja pela busca de novos manifestos, acredito que pensar os formatos dessa Outra Literatura é também ativar o jogo das palavras inomináveis, para reciclar conceitos que possam fazer do “chocalho do xamã um acelerador de partículas”. (CASTRO, 2008, p. 26).

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BADIOU, Alan. *Pequeno manual de inestética*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- BARTHES, Roland. *Inéditos, Vol. 1 – Teoria*. Trad. Ivoni Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.
- CASTRO, Eduardo Viveiro de. *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- CESAR, América Lúcia Silva. *Lições de Abril: a construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Trad. Sandra Moreira. Bauru, SP; EDUSC, 2002.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- PROFESSORES PANKARARÉ DA BAHIA (Org.). *Tradição Pankararé: a festa do Amaro*. Feira de Santana: GEAP – Projeto de Gestão Etnoambiental Pankararé- Universidade Federal de Feira de Santana, 2008.
- PROFESSORES PATAXÓ DO EXTREMO SUL (Org.). *Pataxó: uma história de resistência*.

Salvador: Associação Nacional de Ação Indigenista, CESE. 2007.

LUDMER, Josefina. *Literaturas pós-autônomas*. Disponível em:
<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n20.pdf>, Acesso em 25 de março de 2011.

í **Suzane LIMA COSTA**, Prof.^a Dr.^a do Departamento de Letras Vernáculas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: suzane.costa@yahoo.com.br